



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**MARIA DOS SANTOS ROSENO TÔRRES**

**O ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO  
INFANTIL: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2025**

**Maria dos Santos Roseno Tôres**

**O estágio curricular na formação docente para a educação infantil: questões teóricas e práticas**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia

Orientadora: Dra. Ana Corina Machado Spada

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- T693e Tóres, Maria dos Santos Roseno.  
O estágio curricular no formação docente para a educação infantil:  
questões teóricas e práticas. / Maria dos Santos Roseno Tóres. – Miracema,  
TO, 2025.  
24 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.  
Orientador: Dra. Ana Corina Machado Spada
1. Formação inicial docente. 2. Diário de campo. 3. Estágio curricular. 4.  
Educação infantil. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MARIA DOS SANTOS ROSENO TÔRRES

O ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO  
INFANTIL: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Pedagoga e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 17 / 02 / 2025

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Ana Corina Machado Spada, Orientadora - UFT

---

Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto, Avaliadora - UFT

---

Profa. Ma. Suzana Brunet Camacho, Avaliadora - UFT

Dedico esta pesquisa aos profissionais docentes, independente da etapa ou modalidade de ensino na qual atuam. Suas práticas diárias no âmbito educacional contribuem para transformar pessoas e também a nossa sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

A caminhada feita ao longo dos quatro anos dedicados à formação acadêmica no curso de Pedagogia, realizada no Câmpus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins me demandou dedicação e também requereu apoio de pessoas especiais de meu convívio, às quais quero agradecer.

Agradeço ao meu esposo, Aleandro Pereira de Souza, que apoiou minha dedicação aos estudos e compreendeu minhas ausências.

Agradeço à minha filha, Mariana Roseno de Sousa, que me apoiou incondicionalmente.

Agradeço à minha sobrinha, Sâmilly Roseno de Sousa, que esteve presente durante todo o curso.

Agradeço às minhas irmãs, Jandevan Roseno Carvalho e Fernanda Roseno Tôrres, que me incentivaram a ingressar no curso de Pedagogia e também a me manter firme nos estudos.

Agradeço muito a minha amiga Aline Eterno Marinho, pelo apoio e orientações dadas a mim nos procedimentos de matrícula e pelas orientações até que eu me adaptasse às demandas acadêmicas.

Agradeço aos professores e professoras do curso de Pedagogia pelos saberes compartilhado e pelas experiências vividas;

Agradeço aos colegas de turma pela convivência e pelos aprendizados.

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das experiências vividas em estágio curricular na educação infantil. Fundamentaram a construção deste estudo autores como Lima e Pimenta (2006); Pimenta e Lima (2018), que destacam o estágio como uma experiência formativa de suma importância para refletirmos sobre o processo educacional a partir dos referenciais estudados, sem restringir as atividades a imitação de modelos. Recorremos às contribuições de Zabalza (2014) e Ostetto (2018), que apontam o apoio dos registros reflexivos feitos ao longo da formação docente. O estudo foi norteado pelo seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios do estágio curricular em educação infantil na formação do profissional docente para atuar nesta etapa da educação básica? O objetivo central do estudo pauta-se em discutir o papel do estágio curricular na formação docente para a educação infantil, considerando a relevância da aproximação entre as dimensões conceituais e práticas, por meio do registro reflexivo. A perspectiva teórica adotada pela pesquisa foi a etnografia, que do ponto de vista metodológico propõe um afastamento do objeto de estudo com base em anotações de caráter descritivo e bastante detalhadas. Assim, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação participante e a escrita de um diário de campo, buscando uma análise mais aprofundada das experiências, além de uma melhor articulação entre elementos de natureza conceitual e empírica. Os resultados alcançados apontam que as vivências e o registro das mesmas ao longo das atividades de estágio possibilitam a diminuição da distância entre elementos de natureza teórica e prática, promovendo um direcionamento das concepções e práticas acerca do trabalho realizado no âmbito da educação infantil.

**Palavras-chaves:** Formação inicial docente. Diário de campo. Estágio curricular.

## ABSTRACT

This research was developed based on experiences during a curricular internship in early childhood education. The writing was based on authors such as Lima and Pimenta (2006); Pimenta and Lima (2018), who highlight the internship as an important training experience for us to reflect on the educational process based on the references studied, without restricting activities to imitating models. During the process we use the contributions of Zabalza (2014) and Ostetto (2018), which point to the support of reflective records made throughout teacher training. The study was guided by the following research problem: what are the main challenges of the curricular internship in early childhood education in the training of teaching professionals to work in this stage of basic education? The central objective of the study is to discuss the role of the curricular internship in teacher training for early childhood education, considering the relevance of bringing together conceptual and practical dimensions, through reflective recording. The theoretical perspective adopted by the research was ethnography, which from a methodological point of view proposes a departure from the object of study based on descriptive and very detailed notes. Thus, participant observation and writing a field diary were used as data collection techniques, seeking a more in-depth analysis of the experiences, as well as a better articulation between elements of a conceptual and empirical nature. The results achieved indicate that the experiences and their recording throughout the internship activities make it possible to reduce the distance between elements of a theoretical and practical nature, promoting a direction in conceptions and practices regarding the work carried out within the scope of early childhood education.

**Key-words:** Initial teacher training. Field diary. Curricular internship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>Concepção de criança, currículo e trabalho pedagógico presentes em legislações que norteiam a educação infantil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Desafios da formação inicial docente para a educação infantil.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular representa uma etapa significativa no processo de formação docente, pois possibilita a aproximação e as trocas de conhecimentos entre os acadêmicos e profissionais que atuam na Educação Básica. Além disso, as vivências nas escolas campo de estágio favorecem a aproximação entre estudante de graduação e o trabalho docente por meio de atividades como: planejamento de aulas, organização dos ambientes formativos, registro do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças etc.

A formação em estágio possibilita uma melhor compreensão da necessidade de um planejamento pedagógico que articule aspectos teóricos e práticos no exercício profissional docente (LIMA; PIMENTA, 2006). Portanto, é possível afirmar que o estágio representa um momento formativo articulador das experiências vividas no âmbito da formação acadêmica com as exigências cotidiano escolar da educação básica.

A compreensão das experiências formativas com base nos elementos supracitados nos permitiu a elaboração deste estudo – fruto das atividades acadêmicas do estágio curricular na educação infantil – parte integrante do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema. As atividades de estágio na formação docente para a educação infantil estão organizadas em duas disciplinas: Estágio da Educação Infantil 1 (com carga horária de 90 horas) e Estágio da Educação Infantil 2 (com carga horária de 120 horas).

Para orientar a organização e a construção deste estudo serviu como base o seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios do estágio curricular em educação infantil na formação do profissional docente para atuar nesta etapa da educação básica? Como objetivo central do estudo temos: discutir o papel do estágio curricular na formação docente para a educação infantil, considerando a relevância da aproximação entre as dimensões conceituais e práticas, bem como do registro reflexivo.

Para orientar a composição do estudo e também sua redação, serviram como diretrizes os seguintes objetivos específicos: conceituar estágio curricular supervisionado contemplando seu papel articulador entre disciplinas do curso de Pedagogia e atuação profissional docente no contexto escolar; apontar as perspectivas conceituais de criança, currículo e trabalho pedagógico apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017); identificar os principais desafios que permeiam a formação inicial docente para atuação na Educação Infantil.

A perspectiva teórica adotada pela pesquisa foi a etnografia, que do ponto de vista metodológico propõe um afastamento do objeto de estudo com base em anotações de caráter descritivo e bastante detalhadas. Assim, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação participante e a escrita de um diário de campo, buscando uma análise mais aprofundada das experiências, além da articulação entre elementos de natureza conceitual e empírica.

O desenvolvimento dos estágios na primeira etapa da educação básica teve como prerrogativa promover reflexões sobre o papel da educação infantil, das especificidades do trabalho pedagógico em creches e pré-escolas e da necessidade de uma prática profissional orientada pela pesquisa, leituras e articulação entre aspectos teóricos e práticos do fazer docente.

Visando apresentar as experiências formativas no campo do estágio em educação infantil, bem como as reflexões elaboradas a partir delas, trazemos no próximo tópico a revisão de literatura realizada para a construção deste estudo e nas etapas subsequentes são evidenciados os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A construção deste artigo foi orientada pelas experiências de estágio supervisionado, sendo este um componente curricular de caráter obrigatório, considerado de suma importância nos cursos de formação docente, uma vez que promove a inserção dos acadêmicos nas escolas e favorece o acompanhamento das diferentes etapas que compõem o trabalho pedagógico no ambiente escolar.

O estágio curricular supervisionado aqui abordado como um campo do conhecimento (LIMA; PIMENTA 2006) que traz em sua base a indissociabilidade entre teoria e prática, demandando dos cursistas estagiários postura investigativa, reflexiva e também a intervenção em questões educacionais.

Pimenta e Lima (2012; 2018) destacam que o desenvolvimento da formação profissional docente no campo do estágio deve ser orientada de modo a superar a perspectiva de observação e imitação de modelos (pautados nas práticas dos professores que atuam nas escolas campo), uma vez que é fundamental a consideração da construção de perspectivas de atuação com base na articulação entre elementos conceituais e empíricos, além da prática reflexiva, manifestada, por exemplo, por meio de registros, pesquisas e estudos, que servem de orientadores para a atuação profissional, favorecendo uma prática pedagógica intencional, planejada e bem fundamentada.

O estágio curricular também representa um articulador entre os conhecimentos e vivências formativas trabalhados pelas diferentes disciplinas que integram a estrutura curricular do curso. Portanto, a formação desenvolvida no âmbito das escolas campo estampam um momento para que os acadêmicos possam revisitar discussões, textos e anotações de outras disciplinas, bem como recorrer ao repertório técnico acumulado para orientar suas atividades de observação, reflexão e registro, planejamento de atividades e intervenção.

Diante disso, as concepções que orientaram a realização do estágio curricular e que deram origem a este artigo estão alinhadas às ideias defendidas por Lima e Pimenta (2006)

Entendemos que o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 6).

A percepção dos estágios curriculares como campo epistemológico que articula os saberes e dinâmicas formativas realizadas no âmbito do curso de Pedagogia em conjunto com as vivências práticas nos direcionou ao aproveitamento da atividade para a realização de registros, reflexões, indagações e problematizações, que são entendidos aqui como práticas fundamentais para a orientação do trabalho docente.

Ao longo da realização dos estágios em educação infantil observamos de forma recorrente, tanto entre acadêmicos do curso de Pedagogia, quanto entre as professoras lotadas nas escola campo falas que demarcavam a divisão entre aspectos teóricos e práticos da docência, tais como: “na universidade aprendemos uma coisa e quando chegamos aqui verificamos que a prática não tem nada a ver com as aulas teóricas”. Além disso, os docentes que receberam os estagiários em suas salas frequentemente apontavam que “logo vocês vão perceber que tudo o que aprenderam na universidade não vai servir nadinha para o trabalho de vocês na educação infantil. Aqui na escola a realidade é outra”.

Diferentes frases com o mesmo conteúdo foram registradas por vários grupos de estágio e compartilhadas em nossas aulas da disciplina de Estágio em Educação Infantil 1 e 2 despertando a percepção de que é muito forte a ruptura entre universidade e escola de Educação Básica no município de Miracema do Tocantins, TO.

Para refletir melhor sobre os problemas acima apontados destacamos primeiramente que o estágio não representa somente a parte prática da formação docente e que não há uma separação, assim como não há uma hierarquia entre conhecimentos produzidos e utilizados no espaço da universidade e aqueles presentes nas escolas de Educação Básica. Destacamos também que não é correto acreditar na existência de uma divisão entre teoria e prática, pois o exercício profissional sem orientação de uma estrutura teórica torna-se ativismo, com realização mecânica de atividades, sem que haja adequado planejamento de ciclos de ensino e aprendizagem, objetivos a serem alcançados e resultados esperados, que possam ser avaliados.

Lima e Pimenta (2006) fazem uma crítica sobre a percepção de que teoria e prática são questões distintas e apontam que o enfrentamento do problema requer maior e melhor articulação das disciplinas dos cursos de formação de professores. Ainda sobre essa questão as autoras fazem uma crítica que indica a urgência de uma revisão das dinâmicas didáticas dos cursos de licenciatura:

[...] os currículos de formação têm se constituído em um aglomerado de disciplinas, isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, sequer pode-se denomina-las de *teorias*, pois constituem apenas

*saberes disciplinares*, em cursos de formação que, em geral, estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos. Neles, as disciplinas do currículo assumem quase total autonomia em relação ao campo de atuação dos profissionais e, especialmente, ao significado social, cultural, humano da ação desse profissional (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 6).

Considerando as reflexões das autoras que referenciam este texto, compreendemos que o estudo, a produção do conhecimento e a conexão com a prática profissional devem orientar todas as disciplinas que integram o currículo dos cursos de licenciatura, pois a conexão com a prática profissional docente e com os espaços sociais onde a mesma se realiza não são tarefas exclusivas das disciplinas de estágio.

Durante a graduação em Pedagogia questões foram sendo levantadas, entre elas: o que deve ser feito pelo profissional docente na educação infantil? Como as aprendizagens teórico científicas podem contribuir com o exercício profissional e oportunizar o desenvolvimento infantil?

Esses questionamentos foram revisitados durante os estágios de educação infantil e pudemos compreender que um passo importante para a realização de um trabalho alinhado às demandas sociais requer o conhecimento e a compreensão da legislação educacional voltada a essa etapa da Educação Básica, especialmente daqueles que definem e orientam o currículo. Passamos então a pontuar e tecer breves considerações a respeito das perspectivas conceituais de criança, currículo e trabalho pedagógico.

## **2.1 Concepções de criança, currículo e trabalho pedagógico presentes em legislações que norteiam a infantil**

Ao defendermos a perspectiva de que o estudo e a produção de conhecimento precisam fazer parte da prática profissional de docentes, independentemente da etapa da Educação Básica ou da modalidade de ensino na qual atuam, compreendemos que é de grande importância o conhecimento da legislação educacional por parte dos professores.

Quando abordamos a educação infantil devemos levar em consideração que sua regulamentação como parte integrante da Educação Básica, com responsabilização do Estado pela sua oferta ocorreu em 1989, com a promulgação de uma Constituição Federal voltada às necessidades sociais de um período de retomada do Estado democrático de direito.

No âmbito da legislação educacional, a regulamentação da Educação Infantil, a ser ofertada para crianças de zero a três anos de idade em creches e para crianças de quatro a seis

anos de idade em pré-escolas ocorreu por meio da Lei Número 9394, de 1996, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>1</sup>.

Foram necessários anos de reivindicações para que o atendimento educativo de crianças menores de sete anos de idade fosse ofertado institucionalmente, sob a responsabilidade do Estado. Mas, a conquista desse direito não se encerra com a regulamentação e criação de legislação própria, uma vez que as determinações legais precisam ser cumpridas e materializadas no cotidiano escolar.

A implementação de um atendimento planejado, que atenda às necessidades do público infantil depende em grande medida da definição do currículo direcionado especificamente às demandas da faixa etária e alinhado às concepções sociais do momento histórico em que se vive. De acordo com Kramer (2002) as deliberações a respeito de uma proposta curricular para a educação infantil teriam ocorrido pela primeira vez no cenário educacional brasileiro no ano de 1995. O movimento inicial pautou-se em responder à pergunta: “o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?”

Ao falarmos sobre currículo para a educação infantil temos que considerar a herança histórica, social e cultural do atendimento às crianças no Brasil, permeado pelo abrigamento de crianças abandonadas, omissão do Estado na oferta de atendimento específico e também práticas assistencialistas (FREITAS, 2009).

Com isso, compreendemos que as discussões e regulamentações nos âmbitos federal, estadual e municipal são de grande importância, mas respondem apenas a uma parte da problemática, uma vez que precisamos que as normativas estejam presentes no cotidiano escolar, por meio da realização de atendimento educacional orientado pela seriedade e compromisso com o planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educativas desenvolvidas em creches e pré-escolas.

Não representa o foco deste trabalho apresentar uma retrospectiva histórica dos documentos curriculares voltados à educação infantil elaborados e aprovados em diferentes momentos. Nos detivemos no documento que traz a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB Número 5 de 2009) e na Base

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional Número 59 de 2009 determinou a obrigatoriedade da Educação Básica dos quatro aos 17 anos. A idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental foi redefinida pela resolução CNE/CEB Número 06, de 20 de outubro de 2010, estabelecendo seis anos como idade mínima.

Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, versões em vigor no momento da elaboração deste estudo.

Ambos os documentos devem ser observados na construção de propostas pedagógicas voltadas ao atendimento educacional promovido em creches e pré-escolas, retratando uma definição de criança, currículo e trabalho pedagógico baseados no respeito à criança, às suas heranças históricas, sociais e culturais.

As DCNEI (BRASIL, 2009) deixam conceitualmente explícitas as concepções de currículo, criança e educação infantil que irão conduzir a construção das propostas pedagógicas municipais e também as práticas de cuidado e educação que serão desenvolvidas em creches e pré-escolas.

No que se refere a questão do conceito de currículo as DCNEI (2009) ressaltam que o mesmo deve ser planejado e realizado levando em consideração o contexto social, histórico e cultural no qual se desenvolve, ou seja, orienta a articulação entre as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos socialmente produzidos, o que pode ser visto em seu artigo 3º:

[...] o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 2009).

Como se pode ver a definição de currículo orienta a superação da visão restrita das crianças, guiada pela ideia de dependência do adulto, percepção que historicamente resultou em práticas centradas no cuidado ao invés da educação, além do desenvolvimento de atividades simplistas e desarticuladas dos saberes artísticos, culturais, científicos e tecnológicos historicamente acumulados pela humanidade.

As DCNEI (2009) são construídas com base em uma visão de criança como sujeito histórico de direitos e demarca a necessidade de superação da ideia de que os pequenos são incapazes de realizar certas atividades, o que muitas vezes resultou em práticas assistencialistas. Dessa forma, o documento destaca que as propostas pedagógicas devem ser construídas tendo a criança como centro do planejamento.

[...] as propostas pedagógicas de Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, art. 4º).

A visão de criança presente nas DCNEI (2009) não somente rompe com as ideias de incapacidade e dependência frente ao adulto como também a situa como um sujeito inserido na dinâmica social, atuante e produtor de cultura. Essa perspectiva é inovadora e alinhada a pesquisas no campo da Sociologia da Infância, que destacam que os pequenos como sujeitos inseridos na dinâmica da sociedade e, apesar da pouca idade, já são capazes de interagir e interferir na dinâmica social no contexto em que vivem (CORSARO, 2011).

Além das visões de currículo e de criança já elencadas neste texto, destacamos que as DCNEI (2009) delimitam princípios orientadores para o trabalho pedagógico na Educação Infantil, sendo os mesmos estabelecidos em elementos de natureza ética, política e estética. Assim, o documento explicita textualmente que o trabalho pedagógico realizado na educação infantil deve ter intencionalidade, planejamento e acompanhamento sistemático (por meio de registro) de tudo o que foi desenvolvido cotidianamente.

Cabe ainda destacar a relevância do artigo 9º das DCNEI (2009), ao apontar que

[...] os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2009, art. 9º)

Ao demarcar as interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas na educação infantil as DCNEI (2009) estabelecem que compete aos profissionais desse segmento o planejamento de ambientes, materiais e atividades que promovam as experiências significativas; trocas entre as crianças e seus pares; situações que estimulem a busca pelo conhecimento (de si, do outro e do mundo) e possibilidades de ação e de intervenção das crianças no contexto em que se inserem.

As DCNEI (2009) ofereceram uma significativa contribuição para a construção de propostas pedagógicas e práticas educacionais que oferecem às crianças melhores condições de desenvolvimento no contexto escolar. Esse documento serve como referência para a construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil – BNCC (BRASIL, 2017).

Em consonância com os conceitos previamente delimitados pelas DCNEI (2009), a BNCC (2017) retoma o conceito de criança na perspectiva de sujeito histórico de direitos, ou seja, ativa no processo de construção de sua identidade pessoal e coletiva, além de reafirmar seu protagonismo no mundo em que se insere atuando, inclusive, na produção de cultura.

Quanto a concepção de trabalho pedagógico, a BNCC (2017), ao reforçar a concepção da criança como sujeito histórico de direitos, a coloca na centralidade do processo de ensino e aprendizagem, postulando que a centralidade do trabalho pedagógico se concentra na criança, o que lhe confere protagonismo na construção de significados para as experiências que vivencia no ambiente escolar.

O docente é, portanto, um mediador das aprendizagens, havendo a superação da ideia de que o professor detém todo o conhecimento (visão essa que identifica o saber como algo estanque, acabado). Essa orientação para a elaboração de propostas curriculares voltadas à educação infantil reserva ao docente o papel de planejar, organizar e garantir ambientes, materiais, interações e tempo adequados para que as atividades infantis possam se desenvolver de forma a contribuir com o desenvolvimento infantil.

A BNCC (2017) reafirma a centralidade da intencionalidade educativa na condução do trabalho pedagógico em creches e pré-escolas, buscando sempre planejar, propor e dar condições para que as rotinas promovam experiências centradas em interações e brincadeiras, realizadas de modo estimulante e facilitador das trocas, questionamentos e, principalmente, aprendizagens.

A BNCC voltada à educação infantil propõe a organização curricular com base em um arranjo que dialoga com a vida cotidiana, valorizando o patrimônio histórico e cultural acumulado pela humanidade. A proposta considera o desenvolvimento de um currículo organizado por campos de experiências, alinhados aos princípios apresentados nas DCNEI (2009) no que diz respeito aos saberes e conhecimentos fundamentais que devem ser apresentados às crianças cotidianamente por meio de experiências vividas no ambiente institucional.

Os campos de experiências são definidos da seguinte maneira:

- o eu, o outro e o nós;
- corpo, gestos e movimentos;
- traços, sons, cores e formas;
- escuta, fala, pensamento e imaginação;
- espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

É possível verificar ainda que a perspectiva de que a criança é um sujeito histórico e de direitos é preservada pela BNCC (2017) ao destacar que as vivências cotidianas nas instituições de educação infantil devem prever a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Novamente destacamos que a implementação desses princípios que orientam a elaboração das propostas curriculares para a educação infantil demanda um intenso trabalho formativo dos professores, buscando transformar concepções e práticas pedagógicas e isso somente pode ser feito por meio de leituras, pesquisas, vivências e partilha de experiências.

## **2.2 Desafios da formação inicial docente para a educação infantil**

As experiências vividas em estágio e o aprofundamento das leituras e reflexões nos levaram a compreender que os progressos no campo da educação infantil foram significativos, uma vez que a legislação educacional avançou a ponto de assegurar o direito das crianças a um atendimento educacional de qualidade a ser efetivado em creches e pré-escolas públicas.

Além disso, os documentos demarcam um conceito de criança baseado na ideia de sujeito histórico e de direitos, que exerce um papel ativo na sociedade, atuando na produção de cultura, e que demanda uma educação capaz de garantir direitos fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Apesar dos fatores citados, pudemos constatar que existe um descompasso entre as conquistas legais e a materialização das mesmas no ambiente escolar. Logo, é necessário o investimento em formação inicial e continuada de professores, a fim de que as concepções de criança, currículo e práticas pedagógicas possam ser transformadas e se alinhem às ideias presentes na legislação vigente.

As leituras e experiências no campo de estágio desenvolvidas ao longo da formação no curso de Pedagogia apontaram para alguns desafios, sendo os principais deles: superação de concepções e práticas pedagógicas fundamentadas na separação entre teoria e prática; desconhecimento da legislação educacional que orienta o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das práticas educativas na educação infantil; grande rotatividade da equipe escolar devido ao fato de que as vagas são preenchidas por meio de contrato e não de concurso público; a educação não ser prioridade para os diferentes governos que assumem o comando do município de Miracema do Tocantins, TO; concepções equivocadas a respeito da finalidade da educação infantil.

No decorrer do estágio identificamos que vigora entre as profissionais de educação infantil a ideia de que os saberes abordados no âmbito da universidade são desnecessários e desconectados daquilo que se realiza no cotidiano das creches e pré-escolas. Os planejamentos elaborados pelo corpo docente não contemplam a organização de ambientes, materiais e experiências que oportunizem às crianças interações e brincadeiras de qualidade.

Assim, os pequenos passam todo o período em que estão na instituição em uma mesma sala sem que haja nesse espaço a criação de um contexto de aprendizagem.

Muito do que se discutiu neste texto é fruto de leituras e da consideração sobre o que é demandado pelas DCNEI (2009) e também pela BNCC (2017) em relação a construção de materiais, a criação de ambientes que favoreçam a aprendizagem, ao planejamento pedagógico, entre outros fatores que impactam na qualidade da experiência proporcionada às crianças pelo atendimento educacional. Entretanto, esses documentos não são mencionados pelas profissionais de educação em seus planejamentos e em suas práticas. Na unidade escolar também não identificamos cópias dessas legislações disponíveis à consulta do corpo docente.

A respeito do conhecimento e aplicação do que é solicitado pelas DCNEI (2009) e pela BNCC (2017) no desenvolvimento do currículo para a educação infantil, a pesquisadora Maria Malta Campos faz considerações bastante esclarecedoras.

Particpei da Comissão da Unesco/OCDE, que fez uma visita patrocinada pelo MEC em 2005. Eram vários especialistas e eu estava na condição de especialista brasileira que compunha a equipe. Visitamos vários estados, escolas de todos os tipos, creches comunitárias, particulares, públicas e encontramos o documento dos referenciais curriculares apenas em uma escola particular de Sobral (CE), a única entre mais de 40 visitadas. E numa escola municipal de Blumenau, a diretora tinha lido, pois havia uma citação no Plano Pedagógico da escola, mas não sabia onde estava (CAMPOS, 2011, s.n.).

Quando questionada do motivo pelo qual a ausência de consulta à legislação educacional, especificamente daquela que define e norteia o currículo escolar, e mais do que isso, precisamos saber o motivo que leva os profissionais da educação a ignorarem a legislação, a pesquisadora destaca que:

Isso acontece com todos os documentos produzidos na área de educação e enviados às escolas. Qualquer coisa que se fizer e distribuir, se não houver um trabalho subsequente de integração do uso desse documento na prática escolar, fica na prateleira. Ou nem isso (CAMPOS, 2011, s.n.).

Reiteramos aqui a necessidade de constantes discussões e formações continuadas, além do contínuo acompanhamento e orientação das atividades realizadas pelas profissionais de educação infantil, contando, inclusive, com o apoio das equipes técnicas das secretarias municipais de educação.

Campos (2011) reforça que o documento em si não modifica realidade alguma. A legislação se faz valer por meio do trabalho, da formação constante. Os professores precisam aprender a utilizar os documentos que orientam o currículo para a educação infantil, mas, isso deve ser constantemente alimentado pela supervisão do trabalho desenvolvido, por ações

formativas e por reuniões de avaliação dos objetivos formativos alcançados. As demandas documentais somente vão se transformar em prática pedagógica vivida no cotidiano da educação infantil se e quando forem fomentadas, acompanhadas e incentivadas pelas secretarias de educação, ininterruptamente.

Outro desafio encontrado e pontuado nesta pesquisa refere-se às mudanças na gestão municipal, ou seja, a cada gestão que assume o comando do município verifica-se a repetição de um ciclo de desligamento de profissionais que haviam recebido formação específica para a realização do trabalho pedagógico e o ingresso de pessoas que não apresentam o mesmo nível de conhecimento para dar sequência ao trabalho pedagógico que havia sido iniciado.

Por fim verificamos e apontamos questões referentes a concepções acerca das finalidades da educação infantil divergentes daquelas presentes nos documentos referência para a elaboração de propostas curriculares. Identificamos que ainda é recorrente uma concepção de criança pautada na sua incapacidade (definida em relação ao adulto), bem como as percepções e práticas assentadas na ideia de que o trabalho pedagógico da creche se concentra no cuidado com as crianças e da pré-escola consiste em iniciar o processo de alfabetização.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação da pesquisa baseou-se nas vivências de estágio curricular realizado no âmbito das disciplinas Estágio da Educação Infantil 1 e 2, além de mobilizar leituras realizadas em diferentes disciplinas do curso de Pedagogia.

A perspectiva teórica adotada pela pesquisa foi a etnografia, que do ponto de vista metodológico propõe um afastamento do objeto de estudo com base em anotações de caráter descritivo e bastante detalhadas. Assim, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação participante e a escrita de um diário de campo, buscando uma análise mais aprofundada das experiências, além de uma melhor articulação entre elementos de natureza conceitual e empírica.

Visando construir um melhor entendimento a respeito da prática profissional docente para a educação infantil iniciamos, desde o primeiro momento formativo da disciplina de Estágio da Educação Infantil 1 a produção de um caderno de campo, que abrigaria registros sobre leituras realizadas, questionamentos e indagações e relatos descritivos das experiências vividas nas escolas campo de estágio.

A produção do caderno de campo foi orientada por um roteiro disponibilizado pela docente orientadora de estágio que continha os seguintes tópicos a serem observados e registrados:

- a escola e seu contexto: histórico de criação, localização, público atendido, infraestrutura;
- caracterização da população escolar: corpo docente (formação, regime de contrato de trabalho, tempo de experiência); corpo discente (perfil socioeconômico, quantitativo de matrículas);
- análise da proposta pedagógica da unidade escolar;
- observação e acompanhamento do trabalho pedagógico de uma turma;
- elaboração de plano de intervenção e regência de aulas.

O roteiro cumpriu a função de direcionar nosso olhar e também orientar nossas reflexões e registros, mas, não limitou as possibilidades de aprofundamento das análises em torno de questões mais específicas que pudessem despertar nosso interesse.

Foi a partir desses registros que pude pensar na necessidade de uma melhor articulação entre teoria e prática e também na discussão a respeito dos desafios a serem enfrentados na formação inicial e continuada dos professores de educação infantil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste estudo de finalização de curso de graduação em Pedagogia teve como intuito discutir o papel do estágio curricular na formação docente para a educação infantil, considerando a relevância da aproximação entre aspectos de natureza teórica e prática por meio do registro reflexivo realizado em cadernos de campo.

A fim de organizar as etapas da produção, o caderno de campo abrigou registros sistematizados de leituras, anotações de aulas e a descrição crítico reflexiva das experiências no âmbito das escolas campo de estágio. Para orientar nosso olhar e também nossas aprendizagens ao longo das atividades de estágio na educação infantil – compostas por observações participantes, planejamento de atividades para intervenção e realização de regências – seguimos um roteiro previamente oferecido pela docente orientadora de estágio, que direcionou nosso olhar, análises e também registros.

Além disso, o problema de pesquisa foi um guia para a construção de respostas que nos auxiliaram a alcançar um melhor entendimento das condições apresentadas pelas dinâmicas formativas em creches e pré-escolas. Retomamos aqui a problematização: quais os principais desafios do estágio curricular em educação infantil na formação do profissional docente para atuar junto a essa etapa da Educação Básica?

Considerando que as atividades de estágio curricular ocorreram nos espaços das creches e pré-escolas, ao longo das vivências cotidianas durante o ano letivo de 2024 pudemos observar e buscar compreender alguns fenômenos observados em relação às práticas profissionais docentes e à materialização do currículo. Isso nos levou a entender que as demandas ultrapassam a formação inicial, requerendo propostas de formação continuada com participação e acompanhamento sistemático da Secretaria Municipal de Educação.

Compreendemos que houve um avanço histórico, social e político no modo como a criança é percebida e conceitualmente tratada pelas DCNEI (2009) e BNCC (2017), mas, ainda existe um abismo entre o proposto pela legislação e o vivido nas instituições de educação infantil. Dentre os principais desafios a serem enfrentados coletivamente destacamos: superação de concepções e práticas pedagógicas fundamentadas na separação entre teoria e prática; desconhecimento da legislação educacional que orienta o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das práticas educativas na educação infantil; grande rotatividade da equipe escolar devido ao fato de que as vagas são preenchidas por meio de contrato e não de concurso público; a educação não ser prioridade para os diferentes governos

que assumem o comando do município de Miracema do Tocantins, TO; concepções equivocadas a respeito da finalidade da educação infantil.

Com base nos desafios identificados e apontados, compreendemos que a formação docente deve ser entendida além das perspectivas de inicial e continuada, o que abre espaço para a ideia de uma formação permanente, práticas de registros reflexivos, trocas de experiência, pesquisa e produção de conhecimento.

Historicamente a pesquisa tem sido tratada como algo circunscrito aos docentes do ensino superior, contudo, identificamos que essa prática é inerente à docência, independente da etapa ou modalidade da educação básica na qual o profissional atua. Essa constatação se deve ao fato de que as aprendizagens de natureza técnico-científica contribuem com um entendimento mais amplo do contexto educacional e suas demandas e melhoram a atuação profissional docente.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Rubem. Entrevista com Maria Malta Campos. **Revista Ensino Superior**. São Paulo, setembro, 2011. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2011/09/10/entrevista-maria-malta-campos/> Acesso em 06/01/2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Número 9394**, de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FIAD, Raquel Salek; SILVA, Lilian Lopes Martin da. Escrita na formação docente: relatos de estágio. In: **Acta Scientiarum. Language and culture**. Maringá, v. 31, n. 2, p. 123-131, 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GALIAZZI, M. C., LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. **Olhar de Professor (UEPG)**. 2003;6 (6):135-150.
- KRAMER, Sônia. Propostas Pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate. In: **Revista Proposições**. Campinas, SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, v. 13, n. 2 (38), mai/ago, 2002.
- LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**: diferentes concepções. In: **Poesis Pedagógica**. Catalão (GO): Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, v. 3, n. 3 e 4, 2006.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morshida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 13-36.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Registros na educação infantil**: pesquisa e prática pedagógica. Papirus Editora, 2018.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. A prática do registro na educação infantil: narrativa, memória, autoria. **Revista @mbienteeducação**, v. 8, n. 2, p. 202-213, 2015.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- SOUZA, Ana Paula Gestoso de et all. A escrita de diários na formação docente. In: Educação em Revista. Belo Horizonte, v.28, n. 1, p.181-210, mar. 2012.
- ZABALZA, M. A. **Diários de aula**. Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento pessoal. Porto Alegre: Artmed, 2004.